

O Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico (NAPP) é um espaço de consolidação e desenvolvimento de ações psicopedagógicas destinadas aos discentes e docentes contribuindo com uma aprendizagem significativa, inclusiva e solidária.

Com esse propósito, a FARESI reconhece a importância dessas temáticas e a necessidade de fornecer suporte à sua comunidade acadêmica, oferecendo um serviço profissional de apoio psicopedagógico e acessibilidade aos coordenadores, educadores e estudantes e todos os cursos por meio do Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico (NAPP) inserido no Departamento Pedagógico.

A atuação do NAPP busca consolidar a FARESI enquanto um espaço inclusivo, de forma que discentes e docentes, independentemente de sua condição especial no processo de aprender, sintam-se valorizados, respeitados e estimulados ao desenvolvimento das suas potencialidades.

Ao adotar uma abordagem abrangente e sensível às necessidades individuais, o NAPP está firmado em quanto eixos principais:

1. Processo ensino-aprendizagem: especificidades psicopedagógicas;
2. Gestão da vida acadêmica: desempenho, autorresponsabilidade e protagonismo;
3. Neurodiversidade e Neurodivergências: Acompanhamento Educacional Especializado – AEE;
4. Inclusão e Acessibilidade: garantia de direitos e desenvolvimento das potencialidades.

Os serviços oferecidos pelo NAPP são:

- Gestão da vida acadêmica: acompanhamento individual e atividades em grupo de maneira presencial ou online;
- Acompanhamento Educacional Especializados/com Diagnóstico clínico - acompanhamento individual de maneira presencial ou online;
- Atividades coletivas por turmas ou por temas de interesse.

O acesso aos serviços oferecidos pelo NAPP acontece exclusivamente via e-mail institucional - coord.napp@faresi.edu.br - com dia e horário agendados previamente;

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A graduação, devido à sua duração e alto nível de exigência, expõe os estudantes a situações inteiramente novas e desafiadoras desde o início do curso, resultando em tensão, conflitos e, muitas vezes, adoecimento. Assim, ao longo da educação superior, o corpo discente vivencia diversas questões, como depressão, ansiedade e dificuldades acadêmicas, incluindo o medo de cometer erros, desafios de gerenciamento em relação ao tempo e a desmotivação para o estudo, podendo ocasionar a desistência do curso e de um futuro provável. Além disso, eles também enfrentam desafios e dificuldades em seus relacionamentos com docentes, colegas, familiares, crises de adaptação social e questões

financeiras.

Nesse cenário, tanto os discentes quanto os docentes necessitam de suporte institucional para lidar com seus conflitos e estabelecer novas conexões internas e externas que promovam o seu desenvolvimento. Simultaneamente, coordenadores, educadores e profissionais de diversas áreas estão se esforçando para melhorar seu desempenho

No âmbito das políticas nacionais, tem-se observado uma significativa ênfase, ao longo das últimas décadas, nas questões que se relacionam às necessidades educacionais de crianças, jovens e adultos, com uma atenção particular direcionada àqueles que enfrentam maior vulnerabilidade à marginalização e exclusão. É importante ressaltar que tais considerações foram ampliadas e assumiram nova perspectiva em consonância com o movimento internacional pela educação universal, sobretudo após o Brasil ratificar a Declaração Mundial de Educação para Todos em 1990, bem como os princípios delineados na Declaração de Salamanca e na Linha de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais em 1994. Esses últimos, por sua vez, desempenharam um papel substancial na orientação da formulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, juntamente com outros documentos oficiais. Em conformidade com os princípios democráticos consagrados na Constituição Federal de 1988, os direitos das pessoas com deficiência foram assegurados em diversas esferas e contextos. A partir desse marco, uma série de instrumentos legais foram promulgados para regulamentar os imperativos constitucionais que se aplicam a essa parcela da população, notadamente os dispositivos contidos nas Leis n.º 7.853/89 e n.º 8.080/90, esta última também conhecida como a Lei Orgânica da Saúde, além do Decreto n.º 3.298/99.

Um arcabouço legal diversificado tem subsidiado o acesso equitativo à educação em todos os níveis educacionais. A partir da Constituição Federal de 1988, foram estabelecidos os princípios de igualdade no acesso e na permanência na educação para todos os cidadãos. Essas prerrogativas foram fortalecidas por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), que ressaltou a obrigatoriedade do atendimento educacional especializado para estudantes com deficiência, de maneira transversal. Nesse mesmo viés, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (MEC, 2008) busca promover e incentivar o acesso, a participação e o aprendizado desses alunos, reforçando o princípio da integração da educação especial em todas as etapas, desde a educação infantil até o ensino superior.

A inclusão educacional de indivíduos com deficiência é uma conquista que reflete não apenas a trajetória desses indivíduos, mas também um avanço no âmbito dos direitos humanos. Essa realização alcançou seu ápice na Constituição Federal de 1988, na qual é estipulado que "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade" (BRASIL, 1988, Art. 5º).

Portanto, ao adotar o princípio da "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" como um dos fundamentos, a Constituição da República preconiza a realização do objetivo republicano de "promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação". Isso se traduz em uma sociedade na qual as instituições de ensino estão acessíveis a todos, em todas as etapas e modalidades de ensino, com oportunidades para a progressão educacional.

Após a promulgação da Carta Magna e a subsequente evolução das disposições legais relativas ao direito à educação das pessoas com deficiência, observa-se que um ano

após esse marco, concretizou-se a promulgação da Lei

7.853/1989. Esta lei, notoriamente, estabelece diretrizes fundamentais no que tange ao apoio destinado às pessoas portadoras de deficiência, visando à sua plena integração na esfera social. É digno de nota que essa legislação também delineou a estrutura da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, conhecida pela sigla "Corde", a qual, em etapa subsequente, ascendeu ao patamar de Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

No escopo do seu Artigo 2º, a Lei dispõe com precisão que incumbe ao Poder Público e suas instâncias assegurar, de maneira efetiva, o pleno exercício dos direitos basilares das pessoas portadoras de deficiência. Esses direitos abarcam esferas cruciais, tais como a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a previdência social, o amparo na infância e maternidade, além de outros direitos que derivam tanto da Constituição quanto das leis vigentes. O objetivo subjacente a essas medidas é proporcionar um estado de bem-estar abrangente, que envolve não somente o âmbito pessoal, mas também os domínios sociais e econômicos das pessoas com deficiência.

É indubitável que a promulgação da Lei 7.853/1989 representou um avanço significativo no cenário jurídico e social brasileiro, estabelecendo bases sólidas para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência e para a promoção de uma sociedade inclusiva e equitativa.

Adentrando nos anos 90, a Lei 9.394/1996 - Lei de diretrizes e bases da educação nacional - ratifica os direitos conquistados e valoriza a evolução legal, estabelecendo que:

Art.4º. O dever do estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

(...)

III - Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

Em um contexto subsequente, notadamente na década dos anos 2000, emerge o Decreto 5.296/2004, amplamente reconhecido como a "Lei da Acessibilidade", o qual estabelece prazos definidos para a implementação de medidas acessíveis direcionadas a indivíduos com deficiência ou mobilidade reduzida. Essas

medidas abrangem diversas esferas de acessibilidade cruciais para a construção de uma sociedade inclusiva. Complementarmente, o Decreto 5.626/2005 entra em vigor em 2005, normatizando a utilização e difusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras), enquanto delineia a obrigatoriedade de sua inclusão como componente curricular em todos os cursos de formação docente e fonoaudiologia, dentro de um período de dez anos, com disponibilidade facultativa para outras áreas de estudo.

Nesse cenário, à luz do arcabouço legal e regulatório direcionado a fomentar a educação de pessoas com deficiência, o campo da educação especial assume um papel crucial na especificação dessas práticas educacionais, alinhado ao paradigma da inclusão e aos desígnios das políticas públicas. Nesse sentido, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, promulgada em 2008, propõe a integração transversal

da modalidade de educação especial em todos os níveis e modalidades de ensino no contexto educacional brasileiro. Surge, então, a concepção de que as instituições educacionais precisam transformar-se para acolher a diversidade dos alunos. Esse propósito enfatiza a promoção de acessibilidade em diversos âmbitos, como arquitetônico, urbanístico, informacional e comunicacional; a oferta de serviços de atendimento educacional especializado, recentemente reconhecido como "acessibilidade pedagógica"; o envolvimento das famílias e da comunidade no processo inclusivo; e a preparação de professores para a prestação de atendimento educacional especializado, assim como a capacitação de outros profissionais em prol do ensino inclusivo.

A perspectiva de integração, em contraste, pressupõe que é a pessoa com deficiência que deve se adaptar aos moldes da sociedade, não necessariamente cabendo à sociedade a responsabilidade de criar condições que evitem a exclusão. Tal abordagem diverge das tendências contemporâneas de inclusão mundialmente difundidas.

No âmbito do Documento Orientador do Programa INCLUIR (SECADI/SESu, 2013), delinea-se a construção de uma política de inclusão e acessibilidade permeando as esferas do ensino, pesquisa e extensão institucionais, atravessando-as transversalmente.

À luz dos referenciais voltados à edificação de sistemas educacionais inclusivos, emerge a necessidade de repensar a estrutura organizacional das instituições educativas. Há um consenso que se solidifica em torno da exigência de mudanças tanto na estrutura quanto na cultura dessas instituições, visando atender às variadas circunstâncias que podem resultar em exclusão escolar e social.

Em consonância com o debate sobre inclusão educacional para as pessoas com deficiência, amplia-se as perspectivas enfocando também as especificidades envolvidas na neurodiversidade e neurodivergências no contexto educacional, especificamente no ensino superior.

A inclusão e valorização da neurodiversidade emergiram como áreas de interesse e pesquisa em crescimento, com um foco voltado para a promoção da igualdade de oportunidades e maximização do potencial dos estudantes neurodivergentes.

A compreensão das variações neurológicas e cognitivas como componentes fundamentais da diversidade, ao invés de meras discrepâncias patológicas, deu origem aos conceitos de neurodiversidade e neurodivergências, ampliando as perspectivas dos considerados transtornos de aprendizagem.

Os transtornos de aprendizagem compreendem uma série de condições que não apenas comprometem a aquisição de conhecimento, mas também exercem influência sobre a evolução cognitiva, acadêmica, profissional e interpessoal de indivíduos afetados.

Importante ressaltar que os termos "dificuldade de aprendizagem" e "transtorno de aprendizagem" não devem ser utilizados de maneira intercambiável. Enquanto os transtornos de aprendizagem representam perturbações no processo de desenvolvimento, as dificuldades de aprendizagem podem derivar tanto de fatores biológicos quanto de elementos culturais ou até mesmo psicológicos.

Os transtornos de aprendizagem constituem uma categoria clínica complexa que afeta a aquisição, o desenvolvimento e a aplicação de habilidades cognitivas essenciais. O entendimento dos diversos tipos de transtornos de aprendizagem é fundamental para uma intervenção adequada e uma abordagem educacional adaptada às necessidades individuais.

Ampliando esta perspectiva, a neurodiversidade reconhece que as variações naturais no funcionamento cerebral e nas capacidades cognitivas são tão válidas quanto as diferenças em outras características humanas. Ela abrange uma gama de condições neurológicas, incluindo os principais transtornos de neurodesenvolvimento, segundo o DSM-5, que são:

- Transtornos de desenvolvimento intelectual
- Transtornos de comunicação
- Transtorno do Espectro Autista (TEA)
- Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH)
- Transtornos específicos de aprendizagem
- Transtornos motores

De acordo com o programa Neurodiversidade no Trabalho, da Universidade Stanford, entre 15% e 20% da população mundial é considerada neurodivergente. A diversidade na cognição humana tem sido cada vez mais reconhecida como um aspecto intrínseco à natureza da espécie humana.

No contexto educacional, especificamente no ensino superior, a inclusão e valorização da neurodiversidade emergiram como áreas de interesse e pesquisa em crescimento, com um foco voltado para a promoção da igualdade de oportunidades e maximização do potencial dos estudantes neurodivergentes, trazendo diferentes perspectivas, habilidades e contribuições para a sociedade.

O ambiente acadêmico do ensino superior frequentemente apresenta desafios específicos para os estudantes neurodivergentes. As estruturas curriculares, as demandas sociais e as metodologias de avaliação tradicionais podem criar barreiras significativas para o aprendizado e o desenvolvimento desses estudantes. Dificuldades como processamento sensorial ampliado, sensibilidade a estímulos e dificuldades na organização e na gestão da vida no tempo podem afetar a participação plena no ambiente acadêmico.

Para promover a inclusão de estudantes com necessidades especiais e neurodivergentes no ensino superior, é imperativo adotar abordagens pedagógicas flexíveis e personalizadas, porém a promoção da neurodiversidade no ensino superior não se limita a acomodações individuais. Ela envolve uma mudança mais profunda na cultura acadêmica, visando a aceitação e a celebração das contribuições únicas dos estudantes neurodivergentes e em condições especiais de aprendizagem. Iniciativas como grupos de apoio, programas de orientação e workshops de sensibilização podem criar um ambiente no qual os estudantes se sintam valorizados e capacitados.

A crescente conscientização sobre a neurodiversidade e a neurodivergência está remodelando a forma como encaramos a educação superior. A abordagem centrada na inclusão e na valorização das capacidades individuais não apenas beneficia os estudantes neurodivergentes, mas também enriquece a experiência educacional de toda a comunidade acadêmica. Ao reconhecer a diversidade cognitiva como uma força, as instituições de ensino superior podem efetivamente cumprir seu compromisso de proporcionar igualdade de oportunidades e excelência educacional a todos os estudantes.

Neste sentido, a FARESI reconhece a importância dessas temáticas e a necessidade de fornecer suporte à sua comunidade acadêmica. Com esse propósito, ela oferece um serviço profissional de apoio psicopedagógico e acessibilidade aos coordenadores, educadores e estudantes por meio do Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico (NAPP) inserido no Departamento Pedagógico.

O Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico (NAPP) insere-se no enquanto um espaço de consolidação desenvolvimento de ações psicopedagógicas destinadas aos discentes e docentes contribuindo com uma aprendizagem significativa, inclusiva e solidária.

OBJETIVOS GERAL

- Realizar ações contínuas e pontuais, individuais e coletivas, direcionadas para a gestão da vida acadêmica e de maneira especializada para as discente e docentes, especialmente para pessoas neurodivergentes e com necessidades especiais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver ações individuais e coletivas de apoio didático-pedagógico aos discentes e docentes contribuindo com a melhoria constante do processo de ensino aprendizagem;

- Acolher semestralmente os ingressantes viabilizando sua integração ao meio acadêmico;

- Proporcionar aos discentes a oportunidade de conduzir a gestão da vida acadêmica com reflexões e atividades sobre autoconhecimento, caracterização de qualidade de vida, adoecimento cotidiano como estresse, ansiedade e depressão, elaboração de sentido da vida e desenvolvimento de resiliência nas adversidades;

- Oportunizar aos discentes planejamento e organização das atividades cotidianas, focando tomada de decisão, gestão pessoal, captura e processamento de informações com o desenvolvimento de novos hábitos e atitudes para lidar com prioridades, imprevistos, multitarefismo e procrastinação.

- Acompanhar didática e pedagogicamente discentes com transtornos de aprendizagem, neurodiversos e neurodivergentes;

- Implementar e consolidar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para Inclusão de Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais;

- Ofertar aos discentes com especificidades no processo de aprendizagem um ambiente acadêmico propício ao seu desenvolvimento profissional e pessoal;

- Promover cursos, palestras e treinamentos com os docentes e colaboradores administrativos visando a psicoeducação das condições especiais de acompanhamento dos discentes com neurodiversidade e neurodivergências.

- Consolidar campanhas sazonais ao público interno e à comunidade em geral com temáticas inclusivas visando ampliar o conhecimento e diluir os preconceitos;

- Dialogar com profissionais que fazem acompanhamento dos discentes com diagnósticos que requerem um olhar especializado no processo de aprendizagem;

- Colaborar com coordenadores e docentes na condução metodológica dos discentes em condições especiais de aprendizagem.

- Acompanhar periodicamente discentes com baixo rendimento acadêmico e com baixa frequência nas aulas

- Avaliar as condições discente ao solicitar o trancamento, cancelamento ou transferência do curso, colaborando com negociação de conflitos e a tomada de decisão

ESTRATÉGIAS DE TRABALHO:

A atuação do NAPP busca consolidar a FARESI enquanto um espaço inclusivo de forma que discentes e docentes, independentemente de sua condição especial no processo de aprender, sintam-se valorizados, respeitados e estimulados ao desenvolvimento das suas potencialidades.

Ao adotar uma abordagem abrangente e sensível às necessidades individuais, o NAPP está firmado em quanto eixos principais:

1. Processo ensino-aprendizagem: Especificidades psicopedagógicas
2. Gestão da vida acadêmica: Desempenho, autorresponsabilidade e protagonismo
3. Neurodiversidade e Neurodivergências: Acompanhamento Educacional Especializado - AEE
4. Inclusão e Acessibilidade: Garantia de direitos e desenvolvimento das potencialidades

As principais estratégias de trabalhos estão organizadas de maneira inter-relacionada, abrangendo:

- Sensibilização e Conscientização:

◦ Realização de workshops, palestras e campanhas de sensibilização sobre neurodiversidade para a comunidade universitária, incluindo estudantes, professores e funcionários;

◦ Divulgação de materiais educativos e depoimentos de docentes e discentes neurodivergentes para promover a compreensão e empatia.

- Avaliação das Necessidades:

◦ Aplicação de escalas e questionários para detectar as necessidades específicas de estudantes neurodiversos e neurodivergentes;

◦ Identificação as principais barreiras enfrentadas por esses estudantes no acesso à educação, socialização e participação em atividades extracurriculares.

- Abordagens constantes:

◦ Promoção de uma abordagem centrada no discente, adaptando métodos de ensino e comunicação conforme necessário, para o desenvolvimento da sua autonomia e autorresponsabilidade.

- Desenvolvimento de planos individualizados para cada discente com com necessidades especiais, considerando suas forças, desafios e objetivos acadêmicos;
 - Realização de avaliações detalhadas das necessidades educacionais especiais de cada estudante, a fim de desenvolver planos de AEE personalizados.
 - Incentivo de criação de grupos de apoio liderados por pares, nos quais estudantes em condições especiais possam compartilhar experiências, estratégias e dicas de sucesso.
 - Organização de eventos sociais inclusivos para incentivar a interação entre estudantes de diferentes origens neurodivergentes e neurotípicas.
 - Cursos palestras e treinamentos oferecidos aos professores e funcionários sobre como melhor apoiar os estudantes em condições especiais de aprendizagem no ambiente acadêmico.
 - Oferecimento de cursos de formação para os professores, abordando estratégias de ensino inclusivo, adaptações curriculares e uso de tecnologias assistivas.
 - Registro do progresso dos estudantes neurodivergentes ao longo do tempo, observando seus sucessos acadêmicos e trajetórias profissionais após a graduação, em parceria com o Núcleo de empregabilidade.
- Consolidação de um sistema de acompanhamento para avaliar o progresso acadêmico e o impacto do AEE na aprendizagem dos estudantes.

- Aplicação de Recursos:

- Consolidação do NAPP enquanto centro de suporte à inclusão das neurodiversidades e necessidades especiais, oferecendo acompanhamento individualizado e estratégias coletivas;
- Implementação de uma equipe multidisciplinar composta por profissionais da educação especial, psicólogos, terapeutas e outros especialistas para avaliar as necessidades dos estudantes.
- Utilização dos espaços virtuais para psicoeducação, incluindo diversas atividades que amenizem os preconceitos e favoreçam o desenvolvimento social;
- Divulgação na página oficial da FARESI e nas redes sociais de informações sobre as temáticas de trabalho do NAPP;
- Criação de uma biblioteca digital de recursos acessíveis, como materiais em formatos alternativos, audiolivros e softwares de leitura.

- Adaptações e Acomodações:

- Psicoeducação e treinamento do corpo docente e técnico-administrativo as temáticas de inclusão e acessibilidades;
- Realização de metodologias ativas de aprendizagem durante o semestre letivo;
- Avaliação a adaptação com a direção Pedagógica e com docentes das condições de especialidades de cada situação acompanhada no NAPP;

- Implementação de atividades formatos alternativos de avaliação e recursos visuais;
- Disponibilidade de espaços físicos, como laboratórios e salas de estudos na biblioteca para discentes que precisam de um ambiente tranquilo para se concentrar.

Monitoramento e Avaliação:

- Estabelecimento de mecanismos de feedback contínuo dos docentes, discentes e demais envolvidos nas atividades para avaliar a eficácia das medidas implementadas e fazer ajustes conforme necessário.
- Realização de avaliações regulares para identificar os benefícios do NAPP na experiência acadêmica e bem-estar dos estudantes neurodivergentes.

SERVIÇOS E ACESSO:

Os serviços oferecidos pelo NAPP são:

- Gestão da vida acadêmica: acompanhamento individual e atividades em grupo de maneira presencial ou online;
- Acompanhamento Educacional Especializados/com Diagnóstico clínico - acompanhamento individual de maneira presencial ou online;
- Atividades coletivas por turmas ou por temas de interesse.

O acesso aos serviços oferecidos pelo NAPP acontece exclusivamente via e-mail institucional - coord.napp@faresi.edu.br - com dia e horário agendados previamente.